



Prefeitura de SOROCABA

CONCURSO PÚBLICO

036. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR – FUNSERV

- ♦ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 100 questões objetivas.
- ♦ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno.
- ♦ Leia cuidadosamente as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ♦ Responda a todas as questões.
- ♦ Marque, na folha intermediária de respostas, localizada no verso desta página, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ♦ Transcreva para a folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, todas as respostas anotadas na folha intermediária de respostas.
- ♦ A duração da prova é de 4 horas.
- ♦ A saída do candidato da sala será permitida após transcorrida a metade do tempo de duração da prova.
- ♦ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo destacar esta capa para futura conferência com o gabarito a ser divulgado.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.



Prefeitura de **SOROCABA**

FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS

QUESTÃO	RESPOSTA
01	A B C D E
02	A B C D E
03	A B C D E
04	A B C D E
05	A B C D E

QUESTÃO	RESPOSTA
26	A B C D E
27	A B C D E
28	A B C D E
29	A B C D E
30	A B C D E

QUESTÃO	RESPOSTA
51	A B C D E
52	A B C D E
53	A B C D E
54	A B C D E
55	A B C D E

QUESTÃO	RESPOSTA
76	A B C D E
77	A B C D E
78	A B C D E
79	A B C D E
80	A B C D E

06	A B C D E
07	A B C D E
08	A B C D E
09	A B C D E
10	A B C D E

31	A B C D E
32	A B C D E
33	A B C D E
34	A B C D E
35	A B C D E

56	A B C D E
57	A B C D E
58	A B C D E
59	A B C D E
60	A B C D E

81	A B C D E
82	A B C D E
83	A B C D E
84	A B C D E
85	A B C D E

11	A B C D E
12	A B C D E
13	A B C D E
14	A B C D E
15	A B C D E

36	A B C D E
37	A B C D E
38	A B C D E
39	A B C D E
40	A B C D E

61	A B C D E
62	A B C D E
63	A B C D E
64	A B C D E
65	A B C D E

86	A B C D E
87	A B C D E
88	A B C D E
89	A B C D E
90	A B C D E

16	A B C D E
17	A B C D E
18	A B C D E
19	A B C D E
20	A B C D E

41	A B C D E
42	A B C D E
43	A B C D E
44	A B C D E
45	A B C D E

66	A B C D E
67	A B C D E
68	A B C D E
69	A B C D E
70	A B C D E

91	A B C D E
92	A B C D E
93	A B C D E
94	A B C D E
95	A B C D E

21	A B C D E
22	A B C D E
23	A B C D E
24	A B C D E
25	A B C D E

46	A B C D E
47	A B C D E
48	A B C D E
49	A B C D E
50	A B C D E

71	A B C D E
72	A B C D E
73	A B C D E
74	A B C D E
75	A B C D E

96	A B C D E
97	A B C D E
98	A B C D E
99	A B C D E
100	A B C D E

01. Leia a charge.



(www.lutecartunista.com.br. Adaptado)

É correto afirmar que

- (A) a fala do primeiro personagem alude a um fato que prontamente é enaltecido pelo segundo.
- (B) a fala do primeiro personagem mostra-o pessimista em relação às condições econômicas do Brasil face às do Reino Unido.
- (C) a fala do segundo personagem expressa seu descontentamento quanto aos direitos básicos do cidadão.
- (D) as falas de ambos os personagens são coincidentes, sugerindo cautela antes de comemorar a economia nacional.
- (E) as falas de ambos os personagens divergem, e o primeiro sugere que os direitos básicos são desrespeitados.

Leia o texto de Fernando Rodrigues para responder às questões de números 02 a 09.

O PIBão e os costumes

BRASÍLIA – A caminho da *Folha*, parei ontem em frente à rodoviária de Brasília. Enquanto o semáforo não abria, vi no carro da frente uma mulher arremessar pela janela a embalagem amassada de uma bala ou barra de chocolate. No rádio, o locutor martelava com ufanismo que o Brasil termina este ano como a 6.^a maior economia do mundo.

É chato ser estraga-prazeres quando há uma notícia boa, mas jornalistas somos assim mesmo. O menor problema do Brasil é se sua economia passará a do Reino Unido, como a mídia britânica noticiou. Um defeito grave por aqui continua sendo a falta de valores civilizatórios – e nenhum sinal de melhora desse cenário no médio prazo.

Basta refletir a respeito da situação descrita: apesar do “PIBão”, há hoje menos pessoas jogando papel na rua do que havia nos anos 90?

Segundo o vaticínio do ministro da Fazenda, só daqui a 10 ou 20 anos o brasileiro terá o mesmo padrão de vida do europeu. E quanto tempo passará até as pessoas se tornarem mais educadas e civilizadas em público?

Na sua tradicional edição especial dupla de final de ano, a revista britânica “The Economist” traz uma reportagem longa sobre o Brasil. Título: “The servant problem”. Em tradução livre, “o problema das empregadas”. Trata da dificuldade atual da elite brasileira para encontrar uma funcionária que tire os pratos da mesa, lave a louça e as roupas.

“Na virada do século 21, o Brasil tem grandes similaridades com o Reino Unido de 1880”, escreve a revista. Aqui, como lá há 130 anos, a elite reage e fica mal-humorada.

O Brasil, aponta a “Economist”, tem mansões sem água quente na pia da cozinha, mas alguns paulistanos usam helicópteros e não possuem máquina de lavar louça.

Pelo *slogan* da presidência, “país rico é país sem pobreza”. Rico o Brasil até já é. Faltam valores e bom costumes. E não apenas para quem é pobre.

(Folha de S.Paulo, 28.12.2011. Adaptado)

02. O objetivo do texto é discutir qual

- (A) país tem de fato uma melhor economia e uma população mais civilizada e sintonizada com a vida em coletividade.
- (B) a importância do avanço econômico do Brasil, se ainda há muito a se alcançar em valores e bons costumes.
- (C) problema o Brasil conseguirá enfrentar primeiro, já que sua economia já conseguiu superar a do Reino Unido.
- (D) a possibilidade de o Brasil tornar-se rico e superar o padrão de civilização de nações europeias.
- (E) a relevância de atitudes civilizadas, uma vez que o Brasil já é um país rico e autossuficiente.

03. O substantivo “PIBão” está empregado no título e no texto com sentido

- (A) ambíguo.
- (B) ufanista.
- (C) carinhoso.
- (D) irônico.
- (E) recriminatório.

04. Uma resposta coerente para a pergunta do jornalista – ... apesar do “PIBão”, há hoje menos pessoas jogando papel na rua do que havia nos anos 90? –, em função do ponto de vista que adota, é:

- (A) Não, o aumento do PIB reforça ainda mais o mau comportamento do brasileiro, como mostra a atitude da motorista de Brasília.
- (B) Sim, o aumento do PIB refinou o já reconhecido comportamento civilizado do povo brasileiro.
- (C) Não, pois, como se vê no Reino Unido e também aqui no Brasil, não há relação entre economia e civilidade.
- (D) Sim, pois a civilidade, que era comum na Europa, em países como o Reino Unido, já é uma realidade no Brasil.
- (E) Não, a atitude da motorista de Brasília ratifica que o aumento do PIB não implicou atitudes mais civilizadas.

05. No trecho – No rádio, o locutor **martelava** com ufanismo que... – a forma verbal em destaque está empregada em sentido

- (A) figurado, significando “insistia”.
- (B) próprio, significando “forçava”.
- (C) figurado, significando “agredia”.
- (D) próprio, significando “teimava”.
- (E) figurado, significando “questionava”.

Considere o trecho a seguir para responder às questões de números 06 e 07.

O Brasil, aponta a “Economist”, tem mansões sem água quente na pia da cozinha, mas alguns paulistanos usam helicópteros e não possuem máquina de lavar louça.

06. Atendo-se às regras de pontuação e de concordância da norma-padrão da língua portuguesa, o trecho está corretamente reescrito em:

- (A) A “Economist”, aponta que no Brasil, existem mansões sem água quente na pia da cozinha, mas alguns paulistanos usam helicópteros e não tem máquina de lavar louça.
- (B) A “Economist” aponta, que no Brasil, existe mansões sem água quente na pia da cozinha, mas alguns paulistanos usam helicópteros e não têm máquina de lavar louça.
- (C) A “Economist” aponta que, no Brasil, há mansões sem água quente na pia da cozinha, mas alguns paulistanos usam helicópteros e não têm máquina de lavar louça.
- (D) A “Economist” aponta que, no Brasil se vê mansões sem água quente na pia da cozinha, mas alguns paulistanos usam helicópteros e não tem máquina de lavar louça.
- (E) A “Economist”, aponta que no Brasil se veem mansões sem água quente na pia da cozinha, mas alguns paulistanos usam helicópteros e não tem máquina de lavar louça.

07. Observando o sentido que se estabelece entre as orações do trecho em função do emprego da conjunção “mas”, é correto reescrevê-lo da seguinte forma:

- (A) Segundo a “Economist”, caso Brasil tenha mansões sem água quente na pia da cozinha, alguns paulistanos usam helicópteros e não possuem máquina de lavar louça.
- (B) Segundo a “Economist”, apesar de o Brasil ter mansões sem água quente na pia da cozinha, alguns paulistanos usam helicópteros e não possuem máquina de lavar louça.
- (C) Segundo a “Economist”, quanto mais o Brasil tem mansões sem água quente na pia da cozinha, mais alguns paulistanos usam helicópteros e não possuem máquina de lavar louça.
- (D) Segundo a “Economist”, o Brasil não só tem mansões sem água quente na pia da cozinha, como também alguns paulistanos usam helicópteros e não possuem máquina de lavar louça.
- (E) Segundo a “Economist”, para o Brasil ter mansões sem água quente na pia da cozinha, alguns paulistanos usam helicópteros e não possuem máquina de lavar louça.

08. Analise as afirmações.

- I. Na oração – ... parei **ontem** em frente à rodoviária de Brasília. – (1.º parágrafo), o advérbio em destaque é indicativo de tempo passado.
- II. Na oração – ... o Brasil termina este ano como a 6.ª maior economia **do mundo**. – (1.º parágrafo), a expressão em destaque está empregada com valor adverbial, indicativa de lugar.
- III. Na oração – Um defeito grave por **aqui** continua sendo a falta de valores civilizatórios... – (2.º parágrafo), o advérbio em destaque refere-se à cidade de Brasília.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

09. Assinale a alternativa correta quanto à regência, de acordo com a norma-padrão.

- (A) O locutor estava certo que o Brasil terminaria o ano como a 6.ª economia do mundo.
- (B) O Brasil chega no fim de 2011 como a 6.ª economia mundial.
- (C) A mídia britânica noticiou de que a economia brasileira superou a de seu país.
- (D) Quanto tempo passará para as pessoas conquistarem ao padrão de civilidade ideal?
- (E) A revista “The Economist” alude ao fato de ser difícil encontrar empregada no Brasil.

10. Leia o texto a seguir.

Ao superar os britânicos, a economia brasileira está no meio do caminho, _____ frente também da Itália, superada em 2010, e já colada na da França.

De acordo com o diretor executivo do Centro para Pesquisa Econômica e Negócios (CEBR), Douglas McWilliams, as causas do declínio são evidentes: a crise da Europa, somada ao alto endividamento no bloco e _____ necessidade premente de reduzir déficits e dívidas, leva _____ políticas de austeridade que desaceleram o crescimento e precipitam a ascensão dos grandes emergentes. “O Brasil tem batido os países europeus no futebol há muito tempo, mas ultrapassá-los no campo da economia é um fenômeno novo”, disse McWilliams ao *Guardian*.

(www.estadao.com.br, 27.12.2011)

As lacunas do texto devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com

- (A) a ... a ... a
- (B) à ... à ... à
- (C) a ... a ... à
- (D) à ... à ... a
- (E) à ... a ... à

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. A doutrina constitucionalista pátria classifica a Constituição Brasileira de 1988, especificamente quanto ao seu conteúdo, como uma constituição
- (A) rígida.
 - (B) flexível.
 - (C) analítica.
 - (D) dogmática.
 - (E) formal.
12. No direito constitucional brasileiro, pode-se afirmar que a distinção entre leis complementares e leis ordinárias reside no fato de que
- (A) há existência de hierarquia entre elas, devendo a lei ordinária submeter-se aos ditames do conteúdo da lei complementar.
 - (B) a lei complementar aprova-se por maioria absoluta e tem campo material sempre exposto, ao passo que a lei ordinária pode ser aprovada por maioria relativa e tem campo material residual.
 - (C) embora ambas sejam leis constitucionais, as leis complementares são destinadas à disciplina das matérias de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo, enquanto as leis ordinárias são reservadas às matérias de iniciativa do Legislativo.
 - (D) as leis ordinárias são destinadas às matérias específicas e não podem ser delegadas, ao passo que as leis complementares são utilizadas para veicular qualquer matéria e podem ser objeto de delegação.
 - (E) embora ambas as leis sejam infraconstitucionais, as leis ordinárias podem veicular toda e qualquer matéria, enquanto que as leis complementares são destinadas às matérias que podem ser objeto de delegação ao Chefe do Executivo.
13. Segundo o que estabelece a Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre
- (A) trânsito e transporte.
 - (B) direito penitenciário.
 - (C) orçamento.
 - (D) produção e consumo.
 - (E) procedimentos em matéria processual.

14. Analise as seguintes afirmativas.

- I. Cabe aos Estados explorar, diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- II. São reservadas aos municípios as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição Federal.
- III. A União poderá, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- IV. As contas dos municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

15. Nos termos do que estabelece expressamente a Constituição da República, os atos de improbidade administrativa importarão

- (A) na cassação dos direitos políticos.
- (B) na suspensão da função pública.
- (C) em interdição e avocação dos bens do causador do dano ao erário.
- (D) no ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei.
- (E) na interdição de direitos do servidor ou do particular causador do dano.

16. João da Silva, servidor público efetivo, foi eleito para o cargo de vereador do seu município. Nessa situação, portanto, conforme a Constituição Federal e considerando que o exercício do mandato de vereador é compatível com o horário de trabalho do seu cargo público, João

- (A) poderá perceber as vantagens de seu cargo mais a remuneração do cargo de vereador.
- (B) terá que se afastar para o exercício do mandato de vereador, mas seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- (C) terá que se afastar para o exercício do mandato de vereador, mas seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- (D) terá que se afastar do seu cargo, mas, para efeito de benefício previdenciário, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.
- (E) será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

17. Feliciano Gualberto é servidor público federal efetivo e exerce a função de professor universitário, sendo abrangido pelo regime próprio de previdência. Nesse caso, portanto, Feliciano aposentar-se-á

- (A) voluntariamente, com proventos integrais, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e três anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- (B) voluntariamente, com proventos integrais, com redução de cinco anos nos requisitos de idade e de tempo de contribuição, por ser professor.
- (C) compulsoriamente, aos setenta e cinco anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- (D) contando em dobro o tempo de contribuição como professor universitário, desde que atendidos os demais requisitos.
- (E) voluntariamente, ao atingir a idade e tempo de contribuição necessários e, embora seja professor, não terá direito à redução na contagem desses requisitos.

18. Considere o dispositivo constitucional a seguir.

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas _____, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à _____ para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando _____ a ausência sem _____ adequada.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) comissões ... União ... improbidade administrativa ... resposta
- (B) comissões ... Presidência da República ... improbidade administrativa ... explicação
- (C) assessorias ... União ... improbidade administrativa ... justificção
- (D) comissões ... Presidência da República ... crime de responsabilidade ... justificção
- (E) representações ... União ... crime federal ... explicação

19. Considerando-se o disposto na Carta Magna a respeito do processo legislativo, é correto afirmar que

- (A) a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por dez Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- (B) a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- (C) é vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa à direito penal, tributário, processual penal e processual civil.
- (D) se o Presidente da República considerar o projeto de lei, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara os motivos do veto.
- (E) o veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de sessenta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos deputados e senadores, em escrutínio secreto.

20. Considere a seguinte hipótese.

O Presidente da República Federativa do Brasil, eleito em 2010, vem a renunciar ao mandato em julho de 2012, vindo a ser sucedido pelo Vice-Presidente. Depois de assumir a Presidência, o Vice falece em fevereiro de 2013. Nessa situação, nos termos do que dispõe a Carta Magna sobre a matéria, é correto afirmar que

- (A) o Presidente do Senado assumirá a Presidência da República, ficando neste cargo até o fim do mandato do Presidente da República.
- (B) assumirá o mandato de Presidente da República o Presidente da Câmara dos Deputados, que deverá convocar novas eleições populares para ambos os cargos vagos, para um novo mandato.
- (C) o Congresso Nacional deverá eleger um novo Presidente da República e um novo Vice-Presidente para ocuparem os cargos vagos e os eleitos deverão completar o período de seus antecessores.
- (D) deverão ser convocadas novas eleições populares para preencher ambos os cargos vagos, para novos mandatos.
- (E) deverá ser convocado o segundo candidato mais votado nas últimas eleições presidenciais, bem como o seu vice, para assumirem os cargos vagos e completarem o mandato dos seus antecessores.

21. A Constituição Federal prevê que, no caso de um ato administrativo contrariar uma súmula vinculante ou indevidamente a aplicar, a medida judicial cabível para anular o ato deve ser
- (A) a repercussão geral.
 - (B) o mandado de injunção.
 - (C) o recurso extraordinário.
 - (D) a reclamação.
 - (E) a representação de inconstitucionalidade.
22. Nos termos do que estabelece expressamente a Constituição da República, a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando
- (A) o juiz entender que o sigilo será benéfico para ambas as partes litigantes do processo.
 - (B) houver interesse preponderante da Administração Pública.
 - (C) o advogado da parte interessada a requerer e o juiz assim expressamente o determinar em atendimento ao interesse público.
 - (D) o interesse da Administração Pública e a defesa do Estado forem objeto da respectiva ação judicial.
 - (E) a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.
23. Segundo o que determina a Constituição Federal, para concorrerem a outros cargos, devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito, entre outros,
- (A) os Governadores de Estado e os Prefeitos.
 - (B) o Presidente da República e os Deputados Federais.
 - (C) os Prefeitos e os Vereadores.
 - (D) os Deputados Federais, os Senadores e os Deputados Estaduais.
 - (E) o Presidente da República e os Senadores.
24. Assinale a alternativa correta a respeito das regras constitucionais da Seguridade Social.
- (A) A universalidade da cobertura e a seletividade do atendimento é um dos objetivos da seguridade social.
 - (B) A contribuição social incidente sobre a receita de concursos de prognósticos é uma fonte de financiamento da seguridade social.
 - (C) É vedada a imposição de contribuição social sobre o importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.
 - (D) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos e integrarão o orçamento da União.
 - (E) É permitida a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

25. O dispositivo constitucional que veda a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa corresponde ao princípio orçamentário do(a)
- (A) exclusividade.
 - (B) vedação do confisco.
 - (C) unidade.
 - (D) equilíbrio orçamentário.
 - (E) não afetação.

DIREITO CIVIL

26. Assinale a alternativa correta.
- (A) As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
 - (B) A lei posterior revoga a anterior apenas quando expressamente o declare.
 - (C) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a equidade.
 - (D) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, inicia-se três meses depois de oficialmente publicada.
 - (E) A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, mas não regula a capacidade.
27. Leia as afirmativas a seguir.
- I. São absolutamente incapazes os ébrios habituais, os viciados em tóxicos e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
 - II. São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer, os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
 - III. Cessará a incapacidade, para os menores, pelo exercício de emprego público efetivo.
 - IV. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- São corretas apenas as afirmativas
- (A) I e II.
 - (B) I e IV.
 - (C) II e III.
 - (D) II e IV.
 - (E) III e IV.

28. Com relação às diferentes classes de bens, assinale a alternativa correta.
- (A) Consideram-se imóveis, para os efeitos legais, as energias que tenham valor econômico.
 - (B) Os bens naturalmente divisíveis não podem tornar-se indivisíveis por vontade das partes.
 - (C) Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de móveis; readquirem essa qualidade os provenientes da demolição de algum prédio.
 - (D) Consideram-se imóveis, para os efeitos legais, os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
 - (E) São acessórios os bens que, não constituindo partes integrantes, destinam-se, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.
29. A posse direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, não anula a indireta, de quem foi havida, podendo o possuidor direto
- (A) manter relação de dependência com a coisa.
 - (B) defender sua posse se esta não for violenta ou clandestina.
 - (C) manter o caráter pelo qual foi adquirida a posse.
 - (D) exercer sobre a coisa atos possessórios, mesmo excluindo os compossuidores.
 - (E) defender a sua posse contra o indireto.
30. No âmbito dos direitos autorais, a colocação à disposição do público do original ou cópia de obras literárias, artísticas ou científicas, interpretações ou execuções fixadas e fonogramas, mediante a venda, locação ou qualquer outra forma de transferência de propriedade ou posse, constitui forma de
- (A) transmissão.
 - (B) distribuição.
 - (C) reprodução.
 - (D) contrafação.
 - (E) publicação.
31. Conforme leciona Caio Mario da Silva Pereira, uma obrigação decompõe-se em três elementos: sujeito, objeto e vínculo jurídico. A respeito de tais elementos da estrutura das obrigações, é correto afirmar que
- (A) um sujeito passivo certo pode obrigar-se para com um sujeito ativo indeterminado e vice-versa, mas, no momento da *solutio*, devem estar definidos credor e devedor.
 - (B) o requisito da possibilidade não está presente em toda prestação, positiva ou negativa, conducente a um dar ou fazer.
 - (C) o objeto da obrigação há de ser possível, mas, no entanto, não se diferencia a faculdade de realização do objeto em si mesmo do respeito à ordem jurídica em sua consecução.
 - (D) a obrigação há de ser determinável, podendo, no entanto, ser válida ainda que ausente sua objetivação ou que ocorram circunstâncias que obstem a sua determinação.
 - (E) a patrimonialidade da prestação é admitida de forma implícita, mas nem sempre repercutirá na conversão em equivalente pecuniário àquela que o devedor culposamente faltar.
32. Convencionada a venda sem fixação de preço ou de critérios para a sua determinação, se não houver tabelamento oficial, entende-se que
- (A) é nulo o contrato, pois deixou ao arbítrio de uma das partes a fixação do preço.
 - (B) será válida a venda, se os contratantes aceitarem designar terceiro para arbitrar o preço.
 - (C) é obrigatória e perfeita a compra e venda, pois houve acordo sobre o objeto.
 - (D) as partes se sujeitaram ao preço corrente nas vendas habituais do vendedor.
 - (E) o vendedor não é obrigado a entregar a coisa antes de receber o preço.
33. Não corre prescrição
- (A) se ocorrer qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.
 - (B) pendendo ação de evicção.
 - (C) por protesto cambial.
 - (D) pela apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores.
 - (E) por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.
34. Leia o seguinte trecho extraído da obra de Caio Mario da Silva Pereira.
- Os pais respondem pelo procedimento dos filhos menores que se acham em seu poder e companhia. Complemento do dever de dirigir-lhes a educação e velar pelos seus atos é a responsabilidade civil pelos danos que ocasionem. É óbvio que esta cessa com a maioridade. Mas, na pendência da menoridade, têm o dever de impedir que ofendam os bens jurídicos alheios, e de indenizar a vítima. Além do requisito da menoridade, compõe a etiologia desta obrigação a circunstância jurídica da submissão à autoridade paterna e a fática de estar em companhia do pai ou da mãe. Em corolário, se por decisão judicial tiver sido cassada ou suspensa a *patria potestas*, pela mesma razão que o pai deixa de ter a autoridade, não terá obrigação de reparar o dano causado pelo filho; se este por qualquer motivo achar-se em companhia de outrem (e. g., internado em um colégio, ou confiado à guarda do outro cônjuge), desloca-se o princípio da responsabilidade para aquele a quem incumbe o dever de vigilância.
- A responsabilidade civil descrita no trecho supra, conforme o pensamento do autor referido, que se caracteriza pela lei chamar uma pessoa a responder pelas consequências do ilícito alheio, pode ser qualificada como responsabilidade civil
- (A) subjetiva.
 - (B) objetiva.
 - (C) culposa.
 - (D) indireta.
 - (E) aquiliana.

35. É direito básico do consumidor, previsto na Lei Federal n.º 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor),
- (A) que o fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondam, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, apresentação ou acondicionamento de seus produtos.
 - (B) a não colocação no mercado de consumo de produto ou serviço que se sabe ou se deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança.
 - (C) a reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.
 - (D) convencionar a redução ou ampliação do prazo previsto para o consumidor detectar o vício oculto, não podendo este ser inferior a sete nem superior a cento e oitenta dias.
 - (E) a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços.
37. Uma pessoa estrangeira e residente na cidade Sidney, na Austrália, em viagem internacional para Orlando, faleceu. Possuindo bem imóvel situado na cidade de Sorocaba e outros bens móveis que se encontram na mesma cidade, além de patrimônio situado fora do país, onde residia, o processamento do inventário deverá ocorrer
- (A) perante a autoridade judiciária do local do falecimento.
 - (B) perante a autoridade judiciária brasileira, exclusivamente, em relação aos bens situados no Brasil.
 - (C) perante a autoridade judiciária da Austrália, último domicílio do *de cuius*, inclusive quanto aos bens localizados no Brasil.
 - (D) perante a autoridade judiciária brasileira, incidente sobre todos os bens, inclusive quanto àqueles localizados em outro país.
 - (E) perante a autoridade judiciária da Austrália, último domicílio do *de cuius*, ou perante a autoridade brasileira, pois, em razão da peculiaridade quanto à localização dos bens, a competência internacional é facultativa.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

36. Analise a situação hipotética apresentada a seguir.

Locador de determinado bem imóvel promove execução por quantia certa contra devedor solvente diretamente em face do fiador, o qual renunciou ao benefício de ordem e assumiu a obrigação também como devedor principal. Nesse caso, sendo citado o executado, este

- (A) poderá requerer a intervenção de terceiro, na modalidade chamamento ao processo, para trazer ao polo passivo da execução o afiançado.
- (B) poderá requerer a intervenção de terceiro, na modalidade nomeação à autoria, uma vez que, pelo título executivo extrajudicial, o devedor é o afiançado, devendo este figurar no polo passivo da execução.
- (C) poderá requerer intervenção de terceiro, na modalidade denunciação a lide, sob pena de não o fazendo não ser admissível ação regressiva do fiador em face do afiançado.
- (D) não poderá requerer nenhuma espécie de intervenção de terceiro, uma vez que, pela natureza da obrigação assumida, o credor poderá demandar tanto o locatário quanto o fiador.
- (E) poderá arguir sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da execução, por não ser o locatário do bem imóvel.

38. Em ação de reintegração de posse julgada procedente, com sentença transitada em julgado, o juiz expede mandado de reintegração de posse. O Oficial de Justiça, ao cumpri-lo, constata que na área a ser efetivada a reintegração de posse existe moradia multifamiliar, sendo que os atuais ocupantes receberam a posse do réu da ação possessória. Nesse caso, é admissível

- (A) a intervenção de todos os ocupantes como assistentes, a fim de afastarem os efeitos da sentença, que lhes atinge.
- (B) embargos de terceiros, os quais serão distribuídos por dependência, sendo este sempre dependente do processo principal, podendo o juiz conceder, liminarmente, mandado de manutenção de posse, caso julgue suficientemente provada a posse dos embargantes.
- (C) embargos de terceiros, os quais serão distribuídos por dependência, correndo em autos distintos, podendo o juiz conceder, liminarmente, mandado de manutenção de posse, caso julgue suficientemente provada a posse dos embargantes.
- (D) ação declaratória incidental aos autos de Reintegração de Posse, uma vez que os atuais ocupantes pretendem reivindicar a propriedade em razão da exceção de usucapião.
- (E) oposição, uma vez que pretendem que a posse não seja deferida nem ao autor nem ao réu.

39. A companhia de energia elétrica local, após inspeção em marcador, aponta irregularidades e em razão disso determina a suspensão do fornecimento de energia elétrica e emite uma cobrança de R\$ 8.000,00 (oito mil reais). Em ação de conhecimento promovida perante a Justiça Comum, o consumidor pleiteia a antecipação dos efeitos da tutela, a qual restou indeferida pelo juiz. Interposto Agravo de Instrumento diretamente no Tribunal, foi dado provimento por decisão não unânime. Nesse caso,
- (A) são admissíveis embargos infringentes, no prazo de 10 (dez) dias após a intimação do acórdão, cujo recurso deve ser oposto perante o relator do acórdão embargado e, tanto quanto possível, após o juízo de admissibilidade, será sorteado novo relator.
 - (B) são admissíveis embargos infringentes, no prazo de 15 (quinze) dias após a intimação do acórdão, cujo recurso deve ser oposto perante o relator do acórdão embargado e, tanto quanto possível, após o juízo de admissibilidade, será sorteado novo relator.
 - (C) admite-se a interposição de Recurso Especial no caso de violação ou negativa de vigência à Lei Federal e ou Extraordinário, sob o argumento de violação a dispositivo constitucional, os quais deverão ser interpostos perante o presidente do Tribunal de Justiça no prazo de 15 (quinze) dias e, proferido juízo positivo de admissibilidade, serão os autos remetidos ao STJ e posteriormente ao STF.
 - (D) não é admissível qualquer espécie de recurso.
 - (E) admite-se a interposição de Recurso Especial no caso de violação ou negativa de vigência à Lei Federal e ou Extraordinário, sob o argumento, de violação a dispositivo constitucional, inclusive quanto à matéria não unânime, os quais deverão ser interpostos perante o presidente do Tribunal de Justiça no prazo de 15 (quinze) dias, mas ficará retido.
40. Em execução por quantia certa contra devedor solvente, o primeiro executado foi citado em 02 de maio, sendo o mandado juntado aos autos no dia 15 de junho. Já o segundo executado foi citado, por carta, no dia 20 de junho e o mandado juntado em 1.º de agosto. Nesse caso, o último dia para ambos embargarem a execução é
- (A) 30 de junho para o primeiro executado e 16 de agosto para o segundo executado, que poderá opor embargos tanto no juízo deprecante, quanto no juízo deprecado.
 - (B) 16 de agosto para ambos.
 - (C) 1.º de setembro para ambos.
 - (D) 25 de junho para o primeiro executado e 11 de agosto para o segundo executado, que poderá opor embargos tanto no juízo deprecante, quanto no juízo deprecado.
 - (E) 11 de agosto para ambos os executados, porém o segundo executado poderá opô-los tanto no juízo deprecante, quanto no juízo deprecado.
41. Em determinada Execução Fiscal, tendo em vista não serem encontrados bens penhoráveis, após sua suspensão, determinou-se o arquivamento da execução. Nesse caso,
- (A) o juiz poderá, de ofício, decretar de imediato a prescrição intercorrente, caso após o arquivamento houver decorrido o prazo prescricional, independentemente de ser ouvida a exequente.
 - (B) a prescrição intercorrente não poderá ser decretada de ofício pelo juiz, somente a requerimento da Fazenda Pública.
 - (C) a prescrição intercorrente poderá ser reconhecida pelo juiz sem que haja suspensão da execução.
 - (D) o juiz poderá, de ofício, decretar de imediato a prescrição intercorrente, caso após o arquivamento houver decorrido o prazo prescricional, sendo obrigatório antes ouvir o representante da Fazenda Pública.
 - (E) não se admite a prescrição intercorrente em Execução Fiscal.
42. Julgada procedente Ação Civil Pública promovida por associação legitimada para tanto, é correto afirmar que
- (A) os autos ficarão em cartório pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias aguardando o cumprimento de sentença, tendo a coisa julgada efeito *erga omnes* em todo o território nacional.
 - (B) o juiz poderá, de ofício, determinar os atos de execução, vez que os efeitos da coisa julgada é *erga omnes*, mas abrange somente o território do órgão prolator.
 - (C) caso a Associação não promova a execução no prazo de 60 (sessenta) dias, o Ministério Público ou os legitimados para promovê-la poderão requerê-la e, embora tenha efeito *erga omnes*, restringe-se a execução aos limites da competência territorial do órgão prolator da decisão exequenda.
 - (D) caso a Associação não promova a execução no prazo de 60 (sessenta) dias, o Ministério Público, exclusivamente, poderá requerê-la, restringindo-se a execução aos limites da competência territorial do órgão prolator da decisão exequenda.
 - (E) caso a Associação não promova a execução no prazo de 60 (sessenta) dias, o Ministério Público ou os legitimados para promovê-la poderão requerê-la, sendo que, por ter efeito *erga omnes*, não se restringe aos limites da competência territorial do órgão prolator da decisão exequenda.

43. Considerando o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, o juiz, ao colocar o menor ou adolescente em família substituta
- (A) deve considerar que a colocação em família substituta se equipara à adoção, desconsiderando o grau de parentesco, mas observando a afinidade e afetividade.
 - (B) deve considerar que pode deferir a guarda, tutela e adoção, que são formas de colocação da criança e do adolescente em família substituta e, ao deferi-las, deve levar em consideração o grau de parentesco, afinidade e afetividade, e sempre que possível ouvirá o adolescente.
 - (C) deve considerar que a colocação em família substituta se dará somente mediante guarda, a qual obriga assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, podendo o detentor da guarda opor-se inclusive quanto aos pais.
 - (D) pode deferir a guarda, tutela e adoção, que são formas de colocação da criança e do adolescente em família substituta e, ao deferi-las, o juiz deve levar em consideração o grau de parentesco, afinidade e afetividade, independentemente de serem ouvidos o menor e o adolescente, ainda que possível.
 - (E) deve considerar que a guarda, tutela e adoção são formas de colocação da criança e do adolescente em família substituta, devendo levar em consideração o grau de parentesco, afinidade e afetividade, e sempre deverá ouvir previamente tanto a criança quanto o adolescente.
44. No âmbito do Código de Defesa do Consumidor, têm legitimação para demandar em juízo a proteção dos interesses difusos e coletivos
- (A) o Ministério Público, a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, somente.
 - (B) o Ministério Público, a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal, órgãos da administração pública direta e indireta, as entidades que tenham personalidade jurídica e que se destinem à defesa dos interesses e direitos do consumidor, e as associações legalmente constituídas há mais de 2 (dois) anos, desde que constituídas com a finalidade de promover a defesa dos interesses e direitos do consumidor.
 - (C) o Ministério Público, a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e as associações legalmente constituídas há mais de um ano, independentemente de sua finalidade.
 - (D) o Ministério Público, a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e as associações legalmente constituídas há mais de um ano, desde que constituídas com a finalidade de promover a defesa dos interesses e direitos do consumidor.
 - (E) o Ministério Público, a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal, órgãos da administração pública direta e indireta, as entidades, ainda que não tenham personalidade jurídica, que se destinem à defesa dos interesses e direitos do consumidor, e as associações legalmente constituídas há mais de um ano, desde que constituídas com a finalidade de promover a defesa dos interesses e direitos do consumidor.
45. Da decisão que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou ato normativo,
- (A) é cabível embargos de declaração, somente.
 - (B) é cabível agravo de instrumento ao próprio relator da Ação.
 - (C) é cabível agravo ao próprio relator.
 - (D) não se admite nenhuma espécie de recurso nem ação rescisória.
 - (E) são cabíveis embargos de declaração e ação rescisória.

DIREITO ADMINISTRATIVO

46. Sobre o uso de bem público por particular, assinale a alternativa correta.
- (A) O uso normal é o que se exerce, em igualdade de condições, por todos os membros da coletividade.
 - (B) O uso privativo pode ser outorgado a pessoas físicas ou jurídicas e seu conteúdo pode ser variável, como ocupação.
 - (C) O uso privativo não pode ser revogado, pois se trata de uma permissão ou concessão.
 - (D) O uso privativo estável, mesmo outorgado com prazo, é concedido a título precário.
 - (E) O uso comum não se sujeita ao poder de polícia da Administração, tendo em vista a licença concedida.
47. Com relação ao critério de desempate em uma licitação, em igualdade de condições, conforme a Lei n.º 8.666/93, será assegurada a preferência aos bens e serviços
- (A) produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional.
 - (B) produzidos no País, por empresas de capital exclusivamente nacional.
 - (C) produzidos ou prestados por empresas brasileiras, ainda que produzidos por filial estrangeira.
 - (D) produzidos ou prestados por empresas brasileiras que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
 - (E) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
48. No que diz respeito às fundações de direito público, assinale a alternativa correta.
- (A) Seus atos constitutivos devem ser inscritos no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
 - (B) São fiscalizadas pelo Ministério Público.
 - (C) São impenhoráveis seus bens e sujeitam-se ao processo especial de execução.
 - (D) Sujeitam-se ao juízo comum.
 - (E) Estão dispensadas de licitação para a contratação de serviços.

49. Para configurar improbidade administrativa, é necessário
- (A) ser sujeito ativo terceiro que induza ou concorra para a prática do ato.
 - (B) que o ato danoso provoque prejuízo ao erário público.
 - (C) que a prática do ato ocorra apenas na modalidade dolosa.
 - (D) que o ato danoso constitua crime apurado na instância penal.
 - (E) que sejam sujeitos passivos somente a administração direta e suas autarquias.
50. Constitui característica dos contratos administrativos em geral:
- (A) forma de constituição livre.
 - (B) imutabilidade.
 - (C) finalidade pública.
 - (D) discussão das cláusulas contratuais.
 - (E) possibilidade de subcontratação parcial.
51. A permissão é um ato
- (A) unilateral, discricionário e precário.
 - (B) unilatera, vinculado e precário.
 - (C) bilateral, vinculado e contratual.
 - (D) bilateral, discricionário e precário.
 - (E) bilateral, vinculado e precário.
52. É apontado(a) como causa atenuante da responsabilidade civil do Estado:
- (A) culpa de terceiros.
 - (B) caso fortuito.
 - (C) força Maior.
 - (D) culpa concorrente da vítima.
 - (E) culpa exclusiva do agente público.
53. A estabilidade do ocupante de cargo público, adquire-se
- (A) em qualquer caso, após dois anos de efetivo exercício.
 - (B) após cinco anos de efetivo exercício para o caso de cargo vitalício.
 - (C) após avaliação especial de desempenho.
 - (D) pelos nomeados em comissão, após três anos de efetivo exercício.
 - (E) pelos professores universitários, após dois anos de efetivo exercício.
54. Com relação ao servidor público posto em disponibilidade, assinale a alternativa correta.
- (A) Durante o período de afastamento, terá o servidor direito a proventos integrais.
 - (B) Passado o prazo de três anos, sem aproveitamento, o servidor será exonerado.
 - (C) Não terá direito à remuneração, porém o período será contado para todos os fins.
 - (D) A disponibilidade só ocorrerá na hipótese de ser declarado extinto o cargo então ocupado.
 - (E) A disponibilidade dar-se-á com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
55. A desapropriação é
- (A) forma derivada de aquisição da propriedade.
 - (B) forma originária de aquisição da propriedade.
 - (C) incabível para bens usucapidos.
 - (D) incabível para bens produtivos.
 - (E) cabível apenas para bens urbanos.
56. Com relação aos atos administrativos, assinale a alternativa correta.
- (A) A imperatividade é efeito de todos os atos administrativos.
 - (B) Não são passíveis de controle judicial.
 - (C) Produzem efeitos jurídicos imediatos.
 - (D) Sujeitam-se ao regime jurídico privado.
 - (E) Não atingem terceiros fora da Administração.
57. Com relação às prerrogativas com que atua a Administração Pública, os atos administrativos podem ser de
- (A) legalidade e de forma.
 - (B) discricionariedade e de vinculação.
 - (C) moralidade e de legalidade.
 - (D) razoabilidade e de moralidade.
 - (E) império e de gestão.
58. Os atos administrativos podem ser nulos ou anuláveis. Quando o vício é sanável ou passível de convalidação, é caso de
- (A) nulidade relativa.
 - (B) nulidade absoluta.
 - (C) atos irregulares.
 - (D) ato não publicado.
 - (E) ato ilegal.

59. Com relação ao poder de polícia da Administração Pública, a autoexecutoriedade é
- (A) um modo indireto de coação.
 - (B) uma margem de liberdade de apreciação de motivação.
 - (C) uma medida preventiva.
 - (D) a possibilidade de execução com meios próprios.
 - (E) a vinculação com a motivação do ato.
60. Aos servidores públicos, é possível acumulação dos seguintes cargos públicos:
- (A) três de professor, com compatibilidade de horários.
 - (B) um de professor com outro técnico ou científico.
 - (C) dois de professor, mesmo com incompatibilidade de horários.
 - (D) um de magistrado, com outro técnico ou científico.
 - (E) um cargo em comissão e outro concursado.

DIREITO TRIBUTÁRIO

61. Em termos de legislação tributária, os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas têm natureza jurídica de
- (A) decretos autônomos.
 - (B) decretos regulamentadores.
 - (C) decretos legislativos.
 - (D) normas complementares.
 - (E) leis ordinárias.
62. A imunidade recíproca, conforme determinada na Constituição Federal, impede a instituição de impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços entre os titulares do poder de tributar. Acerca da referida imunidade, é correto afirmar que
- (A) não é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes, posto faltar-lhes competência tributária.
 - (B) não se aplica ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, quando desenvolvidas por qualquer dos titulares do poder de tributar.
 - (C) exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel adquirido de titular do poder de tributar, visto que nesse tipo de negócio jurídico não há transmissão da propriedade, gerando, apenas, direito de posse.
 - (D) se aplica apenas às autarquias, mas não às fundações públicas, visto que apenas aquelas podem ser consideradas pessoas jurídicas da administração indireta.
 - (E) se aplica ainda quando qualquer dos titulares do poder de tributar explore atividades em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário.
63. O imposto predial e territorial urbano cujo fato gerador se verifique no Distrito Federal cabe
- (A) ao próprio Distrito Federal.
 - (B) aos seus municípios.
 - (C) à União.
 - (D) ao Distrito Federal e à União concorrentemente.
 - (E) aos seus municípios e à União concorrentemente.
64. É vedado aos titulares do poder de tributar cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado. Mencionada vedação traduz o princípio tributário da
- (A) irretroatividade.
 - (B) anterioridade.
 - (C) anualidade.
 - (D) não afetação.
 - (E) noventena.
65. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária deverá utilizar, sucessivamente, a ordem estabelecida pelo Código Tributário Nacional que, em terceiro lugar, prevê
- (A) a analogia.
 - (B) a equidade.
 - (C) os princípios gerais de direito público.
 - (D) os princípios gerais de direito tributário.
 - (E) a jurisprudência.
66. Do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, pertencem aos municípios
- (A) 20%.
 - (B) 21, 5%.
 - (C) 22,5%.
 - (D) 23,5%.
 - (E) 25%.

67. Acerca das causas de extinção do crédito tributário, assinale a alternativa correta.

- (A) O sujeito passivo tem direito, em qualquer hipótese e mediante prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo no caso de pagamento indevido.
- (B) Ocorrendo o pagamento indevido, prescreve em 5 anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.
- (C) Por expressa determinação legal, é permitida a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.
- (D) A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo às situações previstas no Código Tributário Nacional, casos em que gera direito adquirido.
- (E) A lei pode, nas condições e sob as garantias que estipular, ou cuja estipulação em cada caso atribuir à autoridade administrativa, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública.

68. O instituto tributário que abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que o concede denomina-se

- (A) remissão.
- (B) isenção.
- (C) anistia.
- (D) denúncia espontânea.
- (E) remição.

69. Recebidos os embargos do executado, o juiz mandará intimar a Fazenda, para impugná-los no prazo de 30 dias, designando, em seguida, audiência de instrução e julgamento. Contudo, tal audiência não se realizará se os embargos versarem sobre matéria de direito ou, sendo de direito ou de fato, a prova for exclusivamente documental, caso em que, de acordo com a lei que rege o processo de execução fiscal, o juiz proferirá a sentença no prazo de

- (A) 10 dias.
- (B) 15 dias.
- (C) 30 dias.
- (D) 45 dias.
- (E) 60 dias.

70. Assinale a alternativa correta no que diz respeito à medida cautelar fiscal.

- (A) Quando concedida em procedimento preparatório, deverá a Fazenda Pública propor a execução judicial da dívida no prazo de 30 dias contados da data em que a exigência se tornar irrecurável na esfera administrativa.
- (B) Cessa sua eficácia, dentre outras situações previstas em lei, se não for executada dentro de 30 dias.
- (C) Conserva sua eficácia no prazo de 60 dias contados de sua concessão e, na pendência do processo de execução judicial da dívida, não poderá ser revogada ou modificada.
- (D) Da sentença que a decretar, caberá apelação com efeito suspensivo.
- (E) Da sentença que a decretar, caberá agravo de instrumento no qual poderá ser requerido o efeito suspensivo.

DIREITO DO TRABALHO

71. Segundo dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho, considera-se empregado a pessoa física que presta serviços

- (A) diários, mediante subordinação e remuneração paga pelo empregador.
- (B) habituais a uma empresa privada, de forma subordinada e mediante remuneração.
- (C) de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.
- (D) de natureza não intermitente, à empresa pública ou privada, de forma subordinada e mediante remuneração.
- (E) não eventuais a empregador público ou privado, de forma subordinada e mediante remuneração, excepcionando as entidades sem fins lucrativos que utilizam o trabalho voluntário.

72. A contratação de servidor público, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, depende de aprovação em concurso público quando se tratar de

- (A) órgãos da administração pública direta, autárquica ou fundacional, excetuando as empresas públicas.
- (B) órgãos da administração pública direta, autárquica ou fundacional, excetuando as sociedades de economia mista.
- (C) órgãos da administração pública direta ou indireta, excetuando as autarquias e fundações públicas.
- (D) órgãos da administração pública direta ou indireta, inclusive autarquias e fundações públicas.
- (E) órgãos da administração pública direta, empresas públicas ou sociedades de economia mista, excetuando as fundações públicas.

73. O contrato de trabalho por prazo determinado, consagrado na Consolidação das Leis do Trabalho,

- (A) pode ser celebrado verbalmente, não podendo superar 2 (dois) anos, salvo o contrato de experiência, cujo prazo máximo é de 90 (noventa) dias.
- (B) deve ser celebrado por escrito, não podendo superar 2 (dois) anos, salvo o contrato de experiência, cujo prazo máximo é de 3 (três) meses, sob pena de se transformar em contrato por prazo indeterminado.
- (C) pode ser celebrado verbalmente, por período máximo de 2 (dois) anos, admitindo 1 (uma) prorrogação por idêntico prazo, totalizando o máximo de 4 (quatro) anos.
- (D) não pode superar 3 (três) meses quando se tratar de contrato de experiência, sob pena de se transformar em contrato por prazo indeterminado.
- (E) não pode superar 1 (um) ano, admitindo-se uma prorrogação, de forma a totalizar o máximo de 2 (dois) anos.

74. Analise as proposições a seguir.

- I. Os salários são irredutíveis, salvo decisão da justiça do trabalho, e impenhoráveis, salvo para pagamento de pensão alimentícia.
- II. Os danos causados pelo empregado são passíveis de desconto quando houver dolo do empregado, desde que haja prévio ajuste no contrato de trabalho.
- III. O pagamento do salário em utilidades não encontra vedação legal, desde que no percentual máximo de 70%.
- IV. O pagamento do salário deve ser feito até o quinto dia útil do mês subsequente ao do vencimento, salvo condição mais favorável ao empregado.

Está correto apenas o contido em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

75. Analise as proposições a seguir.

- I. O empregado despedido sem justa causa tem direito à reintegração no emprego, pois a Constituição da República não contempla a possibilidade da despedida arbitrária ou sem justa causa.
- II. A adesão ao plano de dispensa voluntária não impede o empregado de pleitear em juízo os direitos que entende devidos.
- III. As estabilidade provisórias destinadas à gestante e ao empregado eleito membro da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes inviabilizam a despedida sem justa causa, mas não subsistem na hipótese de extinção da empresa.
- IV. A despedida por justa causa se caracteriza pela atualidade, gravidade e a existência de prejuízos materiais ao empregador, não se permitindo a dupla punição pelo mesmo ato fáltoso.

Está correto apenas o contido em

- (A) II.
- (B) III.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) I e IV.

76. Nos termos do quanto prescreve o art. 20 do CP, o erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo

- (A) mas permite a punição por crime culposo, se previsto em lei.
- (B) ficando excluída, por consequência, a ilicitude da conduta.
- (C) ficando excluída, por consequência, a tipicidade da conduta.
- (D) ficando excluída, por consequência, a culpabilidade do agente.
- (E) direto, mas permite a punição por dolo eventual, se previsto em lei.

77. Considere o trecho a seguir.

É isento de pena o agente que, por _____, proveniente de _____, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) embriaguez ... culpa ou dolo
- (B) paixão ou emoção ... injusta provocação
- (C) coação resistível ... superior hierárquico
- (D) embriaguez completa ... caso fortuito ou força maior
- (E) desenvolvimento mental incompleto ... relativa maioridade

78. No que concerne à prescrição, analise as assertivas a seguir.

- I. Aplicam-se às penas restritivas de direito os mesmos prazos previstos para as privativas de liberdade.
- II. A prescrição da pena de multa ocorrerá sempre em 2 (dois) anos, ainda que a pena de multa seja aplicada cumulativamente com pena privativa de liberdade.
- III. Depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, a prescrição regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

79. Considere os crimes de incêndio, explosão, inundação, desabamento e inutilização de material de salvamento. Indaga-se: todos são punidos a título de culpa?
- (A) Sim.
- (B) Sim, com exceção do segundo, que não é punido a título de culpa.
- (C) Sim, com exceção de dois deles, que não são punidos a título de culpa.
- (D) Não, nenhum deles é punido a título de culpa.
- (E) Não, apenas quatro deles são punidos a título de culpa.
80. Ao crime de exercício ilegal da medicina é cominada, como regra, pena privativa de liberdade. Entretanto, expressa disposição do parágrafo único do art. 282 do CP prevê também a cominação de multa se o crime é praticado com
- (A) habitualidade.
- (B) o fim de lucro.
- (C) permanência.
- (D) dano para a saúde pública.
- (E) perigo de dano para a saúde pública.
83. Nos estritos termos do art. 93, §2º do CPP, a decisão que denega pedido de suspensão do processo penal lastreado em hipotéticas questões prejudiciais ao julgamento da causa
- (A) não é recorrível.
- (B) é recorrível por apelação.
- (C) é recorrível por agravo de instrumento.
- (D) é recorrível por recurso em sentido estrito, que deve ser interposto no próprio juízo da causa.
- (E) é recorrível por recurso em sentido estrito, que deve ser interposto diretamente no respectivo Tribunal.
84. Entre outras, são hipóteses legais da substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar (CPP, art. 318) ser o agente
- I. maior de 70 (setenta) anos;
- II. extremamente debilitado por motivo de doença grave;
- III. imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência.
- É correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

81. Determina o art. 48 do CPP que, na ação penal de iniciativa privada, a queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará que todos sejam processados. No mesmo artigo de lei, há prescrição para que o Ministério Público vele por tal regra, que o próprio dispositivo legal, além da doutrina, denomina princípio da
- (A) representatividade.
- (B) obrigatoriedade.
- (C) irredutibilidade.
- (D) disponibilidade.
- (E) indivisibilidade.
82. Dispõe o art. 72 do CPP que se for desconhecido o local da infração penal a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu. Se o réu, entretanto, não tiver residência certa ou for ignorado seu paradeiro, será competente o juiz
- (A) do local em que tramitar o inquérito policial.
- (B) que primeiro tomar conhecimento do fato.
- (C) da capital do país (Brasília, DF).
- (D) da capital do respectivo Estado.
- (E) do domicílio da vítima.
85. O réu que se oculta para não ser citado, de acordo com o que determina o art. 362 do CPP, será
- (A) declarado revel.
- (B) citado por edital.
- (C) citado por hora certa.
- (D) patrocinado por defensor dativo.
- (E) patrocinado por defensor *ad hoc*.

LEGISLAÇÃO

86. Com relação à competência legislativa da União, Estados e Distrito Federal, é correto afirmar que podem
- (A) legislar sobre assuntos de interesses locais dos Municípios.
- (B) legislar sobre produção e consumo.
- (C) instituir e arrecadar o Imposto Territorial Urbano.
- (D) instituir e prestar serviço de transporte coletivo, por ser de interesse local.
- (E) criar e instituir distritos, sem a anuência do Município.

87. A Administração Pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, Estados, Municípios e Distrito Federal obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Além dos princípios ora elencados, é correto afirmar que esses entes também devem
- (A) dar validade de até dois anos ao concurso público realizado, não havendo possibilidade de prorrogação desse prazo.
 - (B) estipular que os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo.
 - (C) determinar que professores, médicos e enfermeiros não poderão, em nenhuma hipótese, acumular dois cargos na administração pública.
 - (D) declarar que os atos de improbidade administrativa importarão apenas na suspensão dos direitos políticos e ressarcimento ao erário público.
 - (E) responsabilizar as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado que prestam serviços públicos, pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável.
88. Sobre o que prevê a Constituição Federal de 1988 acerca das Forças Armadas, assinale a alternativa correta.
- (A) O militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente será transferido para reserva.
 - (B) Caberá o manejo de *Habeas Corpus* em relação às punições disciplinares militares.
 - (C) Os militares poderão organizar sindicatos para defesa de seus direitos, porém, enquanto em atividade, não poderão filiar-se a partidos políticos.
 - (D) As patentes com prerrogativas, direitos e deveres a ela inerentes são conferidas pelo Ministro da Defesa em exercício.
 - (E) O oficial militar só perderá seu posto se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão do Tribunal Militar de caráter permanente, seja em tempo de paz ou de guerra.
89. Com relação à Previdência Social, nos termos do que prevê a Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que
- (A) será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e filiação facultativa, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
 - (B) é assegurada a aposentadoria integral no regime geral da previdência social, nos termos de lei especial, obedecida a condição de trinta anos de contribuição para homens e vinte e cinco anos de contribuição para mulheres.
 - (C) comprovado que um professor exerceu exclusivamente funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, reduzir-se-á o tempo de contribuição para efeitos de aposentadoria, na proporção de três anos.
 - (D) é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, dentro dos critérios fixados em lei.
 - (E) a gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de setembro de cada ano.
90. De acordo com o que prevê a Lei n.º 8.212/91, é considerado contribuinte individual aquele
- (A) que presta serviço de natureza urbana ou rural para uma empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.
 - (B) que, sendo brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil, é empregado para trabalhar em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior.
 - (C) que, sendo pessoa física, proprietária ou não, explora atividade de extração mineral (garimpo) em caráter temporário ou permanente, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua.
 - (D) brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo.
 - (E) que está empregado por organismos oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social.

91. Em relação à composição do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS, órgão superior de deliberação colegiada, é correto afirmar que
- (A) possui sete representantes do Governo Federal.
 - (B) possui nove representantes da sociedade civil, sendo três desses representantes de aposentados e pensionistas, quatro representantes dos trabalhadores em atividade e dois representantes dos empregadores.
 - (C) os membros desse órgão são indicados pelo Presidente da República, tendo os representantes da sociedade civil mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos ao cargo de imediato, uma única vez.
 - (D) o Conselho reunir-se-á, por convocação do Presidente do órgão, não podendo ser adiada a reunião por mais de trinta dias, se houver requerimento nesse sentido da maioria dos seus membros.
 - (E) os representantes dos trabalhadores em atividade, dos aposentados, dos empregadores e seus respectivos suplentes serão indicados pelas centrais sindicais e confederações nacionais.
92. Sobre a qualidade de segurado, para a Previdência Social, independentemente de contribuições, é correto afirmar que
- (A) a pessoa retida ou reclusa mantém-se como segurado, após doze meses de seu livramento.
 - (B) o contribuinte facultativo mantém-se segurado, até doze meses após a cessação das contribuições.
 - (C) a pessoa incorporada às Forças Armadas para prestar serviço militar mantém-se segurada, até seis meses após o seu licenciamento.
 - (D) a pessoa acometida de doença de segregação compulsória mantém-se segurada, até dezoito meses após a cessação de sua segregação.
 - (E) o contribuinte que deixar de exercer atividade remunerada ou que estiver suspenso ou licenciado mantém-se segurado, até três meses após a cessação das contribuições.
93. Com relação ao período de carência, para que o segurado faça jus ao benefício pretendido, é correto afirmar que,
- (A) para concessão de auxílio-doença, é necessário que o segurado tenha contribuído por pelo menos quinze meses, antes do requerimento do benefício.
 - (B) para concessão de aposentadoria especial, não há período de carência.
 - (C) para concessão de aposentadoria por invalidez, é necessário que o segurado tenha contribuído por pelo menos dez meses, antes do requerimento do benefício.
 - (D) para concessão de salário-família, não há período de carência.
 - (E) para concessão de auxílio-acidente, é necessário que o segurado tenha contribuído por pelo menos doze meses, antes do requerimento do benefício.
94. A Lei Municipal n.º 4.168/93, que dispõe sobre a criação da Seguridade Social dos Servidores Públicos Municipais de Sorocaba, prevê quem se enquadra na condição de dependente desses servidores. Com relação a essa lei, é correto afirmar que
- (A) consideram-se dependentes apenas o cônjuge e o filho de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido.
 - (B) os dependentes de uma mesma classe concorrem com igualdade de condições para recebimento de benefícios.
 - (C) a existência de dependente de qualquer das classes não exclui do direito das prestações os das classes seguintes.
 - (D) os companheiros serão considerados dependentes se a união se der entre homem e mulher, convivendo com a intenção de formar família, independentemente do tempo de convivência e ainda possuindo mais de um filho em comum.
 - (E) cessa a condição de dependente para o cônjuge apenas com a sentença do divórcio, independentemente do trânsito em julgado da decisão.
95. Sobre o Conselho Administrativo da Fundação Pública da Seguridade Social dos Servidores Públicos Municipais de Sorocaba, previsto na Lei Municipal n.º 4.169/93, é correto afirmar que
- (A) o Conselho Administrativo será composto pelo Presidente, pelo Vice-Presidente e 15 (quinze) membros titulares eleitos, através de chapa e voto secreto dos segurados e aposentados, dentre os quais 3 (três) constituirão a Diretoria Executiva.
 - (B) as deliberações do Conselho Administrativo deverão ser tomadas por maioria de votos, fixado em 07 (sete) o quórum mínimo para a realização das reuniões.
 - (C) o Conselho Administrativo reunir-se-á uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente da Fundação ou do Conselho Administrativo, ou pela maioria simples dos seus membros titulares, observado o limite de até 05 (cinco) reuniões mensais.
 - (D) as deliberações sobre alterações do Estatuto e Regulação Básica, aquisição, alienação ou constituição de ônus referentes a bens imóveis, aprovação de balanços, prestação de contas da diretoria e destituição de diretor executivo deverão ter a concordância, de pelo menos, 1/3 (um terço) dos membros do Conselho Administrativo.
 - (E) os conselheiros receberão, a título de gratificação, o valor equivalente a 10 (dez) Unidades Fiscais do Município de Sorocaba (UFMS) por participação em cada reunião, quando realizada fora do horário de expediente.

96. Sobre o Fundo de Previdência Municipal de Sorocaba, criado pela Lei Municipal n.º 8.336/2007, é correto afirmar que
- (A) junto à Fundação de Seguridade dos Servidores Públicos Municipais de Sorocaba – FUNSERV – foram criados exclusivamente dois Fundos de Previdência para a Administração dos seus recursos financeiros, a saber, Fundo Financeiro e Fundo de Reserva Previdenciária.
 - (B) o Fundo Financeiro será constituído por uma conta corrente para atender a despesas previdenciárias e administrativas dos atuais segurados previdenciários da FUNSERV, a saber, somente os servidores efetivos ativos.
 - (C) a Lei de Criação da Fundação de Seguridade dos Servidores Públicos Municipais de Sorocaba – FUNSERV – entrou em vigor em primeiro de janeiro de 2008.
 - (D) havendo saldo positivo entre as contribuições previdenciárias recebidas e os valores gastos, este será depositado, junto ao Fundo de Reserva Previdenciário, mantido no Fundo Financeiro 1,5 (um inteiro e cinco décimos) do valor da Folha Previdenciária do mês anterior.
 - (E) o Fundo de Reserva Previdenciária será constituído por 75% (setenta e cinco por cento) da atual reserva financeira da Previdência, seus rendimentos, receitas recebidas da Compensação Previdenciária, sobras dos recursos do Fundo Financeiro, quando houver e contribuições adicionais, não havendo nenhuma saída de recursos para pagamentos de benefícios previdenciários e despesas de administração, até que este alcance o equilíbrio financeiro-atuarial.
97. Sobre o Recurso Ordinário que pode ser manejado frente às decisões dos processos submetidos ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de acordo com a lei complementar Estadual n.º 709/93, é correto afirmar que
- (A) não terá efeito suspensivo, e pode ser manejado apenas frente às decisões finais do Julgador Singular.
 - (B) quando interposto pela Procuradoria da Fazenda do Estado ou pelo Ministério Público, os demais interessados serão intimados para, querendo, impugná-lo em quinze dias.
 - (C) o recurso deve ser dirigido ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e deve ser endereçado ao presidente deste órgão.
 - (D) esse recurso será julgado sempre pelo órgão Pleno do juízo competente para sua apreciação, uma vez que só cabe contradecisões do Conselheiro Julgador Singular.
 - (E) o prazo de interposição desse recurso será de quinze dias, contados da data da intimação pessoal do recorrente da decisão objeto do recurso.
98. Com relação às sessões legislativas da Câmara Municipal de Sorocaba, nos termos previstos na Lei Orgânica desse Município, assinale a alternativa correta.
- (A) As sessões solenes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara Municipal.
 - (B) As sessões legislativas devem ocorrer anualmente, no período compreendido entre primeiro de fevereiro a primeiro de julho e de primeiro de agosto a primeiro de dezembro.
 - (C) As sessões apenas poderão ser presididas pelo Presidente da Câmara ou pelo vereador mais idoso, independente do quórum de membros presentes à sessão.
 - (D) As sessões extraordinárias se darão exclusivamente a requerimento do Prefeito Municipal da cidade de Sorocaba.
 - (E) Nas sessões extraordinárias, poderão ser deliberadas, além da matéria para a qual foi convocada, as matérias que sejam correlatas.
99. Acerca das Contas Municipais e seu exame público, dentro do que prevê a Lei Orgânica do Município de Sorocaba, é correto afirmar que
- (A) até quarenta e cinco dias após o início da sessão legislativa de cada ano, o Prefeito Municipal encaminhará ao Tribunal de Contas do Estado as suas contas e as da Câmara, apresentadas pela mesa, devendo essas ser entregues até o primeiro dia de abril.
 - (B) as contas ficarão à disposição dos cidadãos durante noventa dias a partir de quinze de abril de cada ano, no horário de funcionamento da Câmara Municipal, num local de fácil acesso.
 - (C) para que as contas sejam examinadas pelos cidadãos, estes deverão preencher um requerimento, que será aprovado pelo Presidente da Câmara Municipal, que despachará aprovando ou não a consulta.
 - (D) verificadas as contas, o cidadão poderá apresentar uma reclamação em quatro vias, contendo sua qualificação e identificação, devendo ser protocolada na Câmara Municipal, contendo os elementos e provas nos quais se fundamenta o reclamante.
 - (E) a consulta pelo público às contas municipais poderá ser feita em qualquer recinto dos órgãos da Administração Pública, e haverá pelo menos quatro cópias à disposição do público.

100. Sobre o estágio probatório do Funcionário Público Municipal de Sorocaba, nos termos do que prevê o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, assinale a alternativa correta.

- (A) Durante o prazo de estágio probatório, o funcionário será avaliado por suas aptidões, levando-se em consideração para sua aprovação apenas a assiduidade, pontualidade, responsabilidade, disciplina, eficácia e eficiência.
- (B) O prazo do estágio probatório será de vinte e quatro meses subdivididos em quatro períodos de seis meses, em que ocorrerão as avaliações do funcionário.
- (C) Durante o estágio probatório, o funcionário somente será exonerado se apurado um desempenho inferior ao necessário e desejado para o cargo que ocupa.
- (D) Sessenta dias antes do término do estágio probatório deverão ser efetuados os procedimentos de caráter avaliativo, que concluirão pela exoneração ou confirmação do cargo ocupado pelo funcionário avaliado.
- (E) O funcionário que tenha cumprido estágio probatório ficará dispensado deste quando nomeado para outro cargo da mesma carreira.